

por uma universidade **Popular**



VENHA QUE A CAUSA
TAMBÉM É SUA!

entre em contato
com a ujc:

021-2262-0855

ujcbrasil@yahoo.com.br

www.ujc.org.br

Contribuição da União da Juventude Comunista para o I Seminário Nacional de Universidade Popular

setembro de 2011

A luta por uma universidade popular é uma luta anticapitalista!

O I Seminário Nacional de Universidade Popular, a ser realizado em Porto Alegre entre os dias 2 e 4 de setembro, projeta-se como um importante espaço de discussão; contando com diversas organizações, entidades e pessoas que de alguma forma protagonizam a resistência ao capital em nosso país. A UJC acredita que este seminário possibilitará uma profunda reflexão acerca do papel da Universidade na atualidade, bem como irá projetar uma unidade de ação entre estudantes, professores, técnicos administrativos e movimentos sociais.

No entanto, não existe nenhum modelo de Universidade isolado das forças dinâmicas que

compõem a sociedade em seu desenvolvimento histórico. O debate em torno do modelo de universidade reproduz as próprias disputas e contradições existentes em cada época: a proposta de Napoleão, na França revolucionária, era de que a universidade fosse um centro profissional em contraponto ao ideário das classes feudais; ou no modelo alemão, que combinava a universidade enquanto sede, enquanto centro de desenvolvimento do saber e da pesquisa e a sua capacidade de formação das camadas profissionais. A universidade nas sociedades capitalistas sempre esteve voltada, hegemonicamente, para os interesses da reprodução do capital.

Pela construção de um Movimento Nacional por uma Universidade Popular!

Conforme já evidenciamos, os próprios problemas vivenciados pela universidade estão no bojo do próprio processo de mercantilização da vida, ocasionado pela própria lógica de reprodução do capital. Apenas a mais ampla das concepções nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, possibilitando instrumentos que rompam com a lógica do capital. É necessária uma abordagem totalizante que não se proponha apenas permanecer no movimento de negação condicionado pelo próprio objeto negado, mas que aponte para uma negação radical tendo como alvo global a própria lógica estruturada no movimento do capital. Não basta negarmos os efeitos do capitalismo ou lutarmos por melhorias localizadas de forma gradual. O movimento pela universidade popular tem esta tarefa de se constituir como uma das forças que se contraponha a este inimigo global-o capital-e transponha o projeto de educação para além da lógica vigente.

Por isso é fundamental compreendermos o próprio movimento histórico do capitalismo em nosso país e suas

respectivas implicações na universidade. No Brasil, a Universidade “nasceu” de forma tardia durante a primeira metade do século XX, para atender aos interesses das elites econômicas e a demanda por formação dos gestores na direção política do estado capitalista. O ministro Gustavo Capanema, em 1942, afirmava que o governo iria formar “os condutores da nação e os trabalhadores do Brasil”. Os condutores da nação seriam formados nas Universidades. Durante a ditadura civil-militar afirma-se o caráter de pesquisa e expansão (reforma de 1968) das Universidades para atender as demandas do capital, como fator de produção importante do projeto desenvolvimentista.

É durante a era FHC que se intensifica uma nova ofensiva concatenada com a chamada reestruturação produtiva dos capitais em escala mundial entre os anos 70 e 80, a qual se afirmava que o modelo estatal era custoso, “pesado” e pouco eficiente. Abre-se então, um conjunto de reformas na universidade com base nos receituários neoliberais de diversos organismos internacionais (FMI, BID, Banco Mundial, dentre outros) com base na expansão de instituições privadas em

grande escala e controlando as verbas das instituições públicas, como centros de excelência.

No governo Lula, operam-se ações para a promoção de uma contra-reforma da universidade que dava continuidade ao processo de mercantilização e flexibilização da universidade a divisão internacional do trabalho. São elementos dessa reforma, além da flexibilização curricular e outros pontos dos programas recentes, a “compra” de “vagas públicas” em universidades privadas (PROUNI), a lei de inovação tecnológica, o uso mais intensivo da Educação à distância, a mudança na estrutura acadêmica, as limitações da Autonomia Universitária e o REUNI. Durante a era FHC, em 1994, tínhamos 211 instituições públicas e 711 privadas; já no ano de 2001, 183 públicas e 1.208 privadas, ou seja, há redução de instituições públicas e aumento das universidades privadas. O vislumbamento da era Lula - como início de um projeto social foi marcado exatamente pelo seu final-, ou seja, seguindo a risca as lições neoliberais do capitalismo; 2006, 248 públicas e 2.022 privadas e no final de 2010, as particulares já passavam 2.400. O aumento de 340 % de particulares em 16 anos, mostra a perversidade do capital privilegiando o privado em detrimento ao público.

Além do quadro visível de incentivos à expansão privada e de baixa qualidade, observamos no caso da universidade pública a cobrança de uma maior “eficácia” ao

cumprir metas sem estourar receitas. Criando enormes concorrências entre profissionais e centros para conquistas de verbas, as fundações uma saída jurídica para o financiamento privado na universidade que pautam a pesquisa e até mesmo cursos pagos de interesse privado cuja roupagem muitas vezes aparecem como uma forma de auto financiamento ou extensão.

O governo Dilma prossegue esta lógica de expansão da universidade brasileira para as demandas de mercado, em um contexto de maior intensidade da crise do capitalismo o corte de 3,1 bilhões do orçamento para educação e 1,7 bilhões para ciência e tecnologia além das promessas de expansão de programas como o PROUNI revelam o aprofundamento e associação do desenvolvimento da educação brasileira com as próprias demandas do capitalismo de forma global.

No campo da luta contra hegemônica, acompanhamos gradualmente nos últimos 20 anos uma grande dispersão e isolamento dos movimentos que contrapõe ao avanço da mercantilização da educação na universidade. Isolamento oriundo de uma de correlação de forças favorável à ordem do capital, tendo no Brasil a institucionalidade burguesa logrado deslocar o eixo da luta para a representação política e a jurisdicionalização das demandas políticas, de maneira que estas demandas são vistas como possíveis de ser alcançadas apenas dentro do processo político instituído por meio de ações de governo, iniciativas legislativas ou resoluções judicial.

A universidade brasileira em disputa

O ponto inicial da nossa concepção de universidade popular é que está não poderá desenvolver-se plenamente no seio do estado capitalista. É fundamental, assim, compreendermos o papel que a universidade desempenha no modo de produção capitalista para então desenvolvermos nossa estratégia de disputa. Este papel pode ser resumido nos seguintes eixos:

- produção de ciência e tecnologia que permitam o capital se reproduzir, possibilitando a criação de novas mercadorias, a adequação da produção às necessidades do capital e ao seu desenvolvimento contraditório e a geração/aperfeiçoamento de meios de dominação político-ideológicos.

- formação de profissionais científicos/administrativos de alta qualificação para a solução dos problemas surgidos pelo desenvolvimento capitalista, seja pela concorrência/crises de super produção, seja pela dinâmica gerada pelo antagonismo das classes em luta.

- formação de mão de obra com algum grau de qualificação para a reprodução do modo de produção capitalista.

A tendência da educação superior no Brasil tem sido a de concentrar em poucos centros de excelência a produção de ciência e tecnologia e a formação de profissionais de alta qualificação e de expandir a formação de profissionais técnicos capazes de reproduzir o modo de produção, como explicitamos acima, seja pela expansão da educação privada que pouca ou nenhuma ciência produz, seja pela redução do orçamento pra ciência e tecnologia.

Com essa breve reflexão sobre os principais eixos em

que se insere a universidade brasileira no modo de produção capitalista, podemos iniciar uma reflexão sobre os eixos estratégicos de disputa:

Acesso e permanência - Esse eixo de disputas torna-se ainda mais importante quando entendemos a luta pela democratização do acesso como antagônica ao projeto hegemônico para a universidade. Lutar pela ampliação das vagas na universidade, a partir das demandas dos setores populares marginalizados dela, conduz necessariamente ao questionamento do atual modelo de educação fundamental e média, à luta contra o modelo privatizante de educação, contra o modelo de universidade para reproduzir ciência a partir dos interesses do capital e à contestação do modelo hegemônico de educação superior, centrada fundamentalmente na formação de profissionais técnicos para suprir as demandas do poder estabelecido. Todas essas lutas se articulam na contestação, por exemplo, da insuficiência de verbas destinadas à educação em todos os níveis, em contraponto ao enorme efetivo destinado ao pagamento dos juros e amortização da dívida pública do Brasil com banqueiros e monopólios, nacionais e internacionais. De mesma forma, a luta pela permanência dos setores populares nas universidades para que possam desenvolver seus estudos plenamente, com assistência estudantil plena, força também os limites do estado burguês, ao enfrentar sua lógica de “enxugamento” dos recursos do estado para a garantia dos direitos das classes populares, como moradia, alimentação, transporte, saúde, arte e cultura, etc. A luta pelos direitos estudantis, articulada ao projeto de universidade popular, acumula para o enfrentamento da sociedade capitalista.

2 democracia - A questão da democracia na universidade é uma importante bandeira na disputa pelo projeto de universidade popular. O movimento deve entender a democracia como ampliação da participação dos movimentos populares e da comunidade universitária (professores, trabalhadores técnico-administrativos e estudantes) nos espaços de criação, planejamento, gestão e controle da vida universitária, seja na esfera administrativa, seja no ensino ou na produção de ciência e tecnologia. Além do mais, essa bandeira passa necessariamente por aprimorar e aprofundar a democracia nas organizações de massa e nas entidades representativas da comunidade universitária, como sindicatos, centros e diretórios acadêmicos.

3 ensino - O ensino universitário deve ser indissociável à criação científica, integrado pedagogicamente, orientado pelo pensamento crítico e embasado por uma profunda ligação com a realidade concreta. O ensino não compreendido como mera reprodução de conhecimento de forma hierárquica, mas como intercâmbio de saberes e experiências, reflexivo e orientador para a busca de novas informações e conhecimentos. Um ensino que conteste a atual sociedade de exploração, que contribua para uma reflexão crítica dos problemas da classe trabalhadora e oriente a busca de soluções. Essa disputa deve ser feita em cada curso universitária (como por exemplo na construção de novos currículos e de projetos político-pedagógicos integradores), em cada sala de aula, em cada grupo de estudos.

4 ciência e tecnologia/extensão - A produção de ciência e tecnologia deve estar profundamente ligada às

necessidades objetivas e subjetivas dos oprimidos, servindo para solucionar os problemas mais sentidos do povo, nas mais diversas áreas, e como instrumentos de luta no enfrentamento à lógica capitalista. Pesquisa indissociável de uma extensão com caráter popular, que denuncie e enfrente radicalmente a produção de ciência e tecnologia ligadas às demandas do capital, seja para a produção de mercadorias, seja para a dominação ideológica da burguesia. A disputa da ciência e da tecnologia passam pela utilização e criação de brechas na universidade que permitam que o povo traga suas reais demandas, rompendo muros e abrindo espaço para que todo o conhecimento acumulado pela humanidade seja utilizado em benefício da maioria oprimida. Disputar a produção de ciência e tecnologia de caráter popular enfrenta o poder hegemônico estabelecido e contribui para a construção das lutas e do poder popular.

A disputa de um projeto para a universidade brasileira orientada pela estratégia da universidade popular permite a superação das lutas atuais, majoritariamente orientadas apenas pela necessidade de resistência aos sucessivos ataques do capital à educação superior, materializadas na progressiva apropriação privada do público e expansão da educação tratada como mercadoria, desde o ensino até a pesquisa e a extensão. A luta pela universidade popular permite transformar as lutas de resistência em motor que impulse a disputa de projeto de sociedade no seio da universidade, de dentro pra fora e de fora pra dentro, enfrentando a lógica do capital no ensino e produção de ciência e tecnologia e contribuindo para o fortalecimento de um outro poder, contra-hegemônico e anti-capitalista.

Tarefas do I SENUP para a construção do Movimento Nacional por uma UP

A organização e fortalecimento do debate em torno do projeto de UP não é fruto do acaso ou apenas da vontade política de alguns grupos, mas sim fruto da própria encruzilhada histórica que o desenvolvimento do capitalismo nos impõe. É necessário as forças anticapitalistas se articularem em torno de um projeto contra-hegemônico no campo da educação, neste caso a universidade popular. E não apenas nesta esfera da vida social, mas no cotidiano das diversas lutas que se apresentam aos movimentos populares. Por isso para a UJC, este importante seminário tem as seguintes tarefas:

-Acumular as diferentes concepções de universidade popular na formação social brasileira, reconhecendo a universidade enquanto um espaço em disputa;

-Ampliar a articulação como algo central entre o movimento universitário (estudantes e trabalhadores da universidade) com o conjunto dos movimentos populares;

-Fortalecer e articular as diferentes experiências de projetos dentro e fora da universidade que sejam no âmbito do ensino, pesquisa e extensão que atendam às demandas populares;

-Criação do Movimento Nacional pela Universidade Popular, tendo como base a criação de um grupo nacional de trabalho representativo de todas as organizações e entidades que constroem o I seminário;

-Articular Comitês estaduais que movimentem as bases e proporcionem debates e atividades pró ao Movimento de Universidade Popular Nacional;

-Articular o 2º SENUP como um espaço ainda mais amplo que reúna as diferentes experiências de lutas e mediações que estão por vir.

Programa para o Movimento Nacional por uma UP

Como já descrito, o debate sobre Universidade Popular ainda é pouco trabalhado pelo movimento estudantil e para além deste, raríssimas execuções. Porém, sempre absorvida por disputas pequenas e que nem sempre acumulam para um horizonte de transformação radical. Diante disso, entidades, movimentos populares e organizações políticas entendem que a disputa da universidade, neste momento, passa pela elaboração de uma estratégia.

Necessitamos de estratégia bem definida que permita a tensão com a lógica do Capital. Portanto, devemos pensar em mediações táticas a curto, médio e longo prazo, como uma forma necessária de associarmos os problemas cotidianos e imediatos da educação com o necessário projeto global de superação a ordem do capital, sendo a luta por uma universidade popular não como uma obra exclusiva dos estudantes ou dos movimentos de educação, mas de milhões de trabalhadores. Propomos uma ofensiva direta contra a

educação-mercadoria e a todos os tipos de mercadorização da vida social.

Mediações que são necessárias ao lançarmos para este projeto a abordagem totalizante em não considerar a universidade e a educação enquanto problemas localizados da lógica de organização social que nos é imposta. Mediações concatenadas com as formas de reprodução desta lógica no dia a dia dos estudantes e trabalhadores, por isso acumulamos coletivamente tais propostas de lutas táticas:

- a. Contra o sistema capitalista e a classe dominante burguesa;
- b. Contra o corte de verbas para a educação, a precarização do ensino e a não reposição salarial; políticas que contribuem para a desqualificação da educação;
- c. Verba pública para a educação pública!
- d. Pela defesa de políticas estudantis advindas de Pró-reitorias (recursos públicos diretos) e pelo fim da intervenção das Fundações Privadas de Apoio;
- e. Pela democratização nas instâncias deliberativas das universidades, ou seja, a efetivar a participação e a valorização dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e estudantes, pois se configuram com pouca expressão;
- f. Contra a universidade a serviço do agronegócio e outros tipos de empresas que só objetivam o lucro;
- g. Contra as políticas institucionais que não atendem as demandas sociais para com a Educação (PNE, PROUNI, REUNI);
- h. Contra o sistema de avaliação do ensino superior (ENADE) e às incongruências do FIES;
- i. Contra a Educação à Distância como meio de formação básica de graduação, usurpando as várias vivências do estudo presencial. A Educação à Distância passa a ser profícua, a partir de um grau de formação e maturidade, vista como uma atividade de formação complementar;
- j. Luta constante pela ampliação das políticas de permanência estudantil, de pesquisa acadêmico-científica e de extensão universitária; sempre condizentes às demandas da comunidade universitária e aos anseios da sociedade geral;
- k. Luta pelo controle social efetivo sobre as instituições privadas – cobrindo tanto as empresas que

visam ao lucro e as de caráter filantrópico – que são, em geral, desacopladas do esforço de pesquisa, apresentam baixos níveis de qualidade não cumprem, na maioria dos casos, suas obrigações trabalhistas, além de serem devedoras do Estado; assim este controle deve ser exigido nos campos legal / fiscal, acadêmico e trabalhista; as instituições que não atenderem a estas condições deverão ser encampadas pelo Estado;

Partindo destas lutas como preceitos de uma unidade programática, podemos qualitativamente objetivar o projeto estratégico de universidade popular na formação social brasileira com os seguintes eixos gerais e a serem desenvolvidos;

- a. A Universidade Popular deve ser uma instituição de não-mercado, tendo seus esforços de ensino, pesquisa e extensão definidos a partir das necessidades do país, das demandas da maioria da população, da classe trabalhadora.
- b. Ser gratuita, de acesso universal,
- c. Autonomia administrativa, política, jurídica e acadêmica, plena democracia nas tomadas de decisão com participação efetiva e paritária dos professores, técnicos e estudantes.
- d. Deve ser engajada, ter papel político na luta pelas transformações sociais, disputando a hegemonia cultural, política e ideológica a partir de posicionamentos e iniciativas anticapitalistas e socialistas.
- e. Deve ser autônoma, devendo ser criado o sistema nacional de universidades autônomas, para a garantia de elevados padrões de qualidade para todas as instituições, em meio à sua diversidade

Estas são algumas propostas baseadas no acúmulo coletivo da União da Juventude Comunista, organização que se orgulha de estar ativamente presente na organização e no fortalecimento da nacionalização do debate estratégico e contra hegemônico da Universidade Popular juntamente com outras valorosas organizações, entidades e militantes independentes. Temos a certeza que este SENUP pode vir a contribuir para um salto qualitativo nas lutas e debates que movimentam a classe trabalhadora. Salto qualitativo norteados pelo eixo anticapitalista na perspectiva de superação desta lógica nefasta que hoje ameaça a própria humanidade.

União da Juventude Comunista
Fundada em 1º de agosto de 1927



CRIAR, CRIAR,
UMA UNIVERSIDADE
POPULAR!
ujcbrasil@yahoo.com.br